



BANCADA PARLAMENTAR

DISCURSO DO CHEFE DA BANCADA PARLAMENTAR DO MDM POR OCASIÃO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA DA 4ª SESSÃO DA VII LEGISLATURA

**SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA,**

**SENHORES MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE
DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA,**

**SENHOR PRIMEIRO-MINISTRO DO GOVERNO DE
MOÇAMBIQUE,**

SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,

SENHORES MINISTROS,

SENHORES VICE MINISTROS,

**DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E
RELIGIOSAS,**

**SENHORES MEMBROS DIRIGENTES DOS ÓRGÃOS
JUDICIAIS DE MOÇAMBIQUE,**

**SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA
CIDADE DE MAPUTO,**

SENHORA GOVERNADORA DA CIDADE DE MAPUTO,

**SENHORES REPRESENTANTES DE PARTIDOS
POLITICOS,**

SENHORES MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO,

**SENHORES MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL,**

CAROS CONVIDADOS,

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

EXCELÊNCIAS,

Iniciamos hoje a jornada da IV Sessão Ordinária da Assembleia da República com uma agenda de 35 pontos, com maior destaque para a Eleição do Provedor da Justiça, Revisão do Código Penal, Revisão da Lei relativa aos Desvios de Fundos do Estado e Debate da Proposta do Orçamento do Estado para o ano 2012.

Também consta na agenda o informe sobre os trabalhos da Revisão do Pacote Eleitoral.

Excelências,

Esta Sessão realiza-se depois de termos estado nos círculos eleitorais a interagir com os eleitores, agentes sociais e económicos, autoridades civis, religiosas e tradicionais, e com a população em geral.

Para além de terem estado nos respectivos círculos eleitorais, os deputados da Bancada Parlamentar do MDM visitaram as outras Províncias com o mesmo objectivo.

Excelências,

A interacção com o país real permitiu-nos aprofundar o dia-a-dia da vida dos moçambicanos, desde as crianças que vivem fora das cidades e que se deslocam a grandes distâncias para estudar em escolas sem carteiras, até em baixo das árvores, uma realidade também constatada nos arredores das cidades de Maputo e Chimoio. Esta situação contrasta com o facto de sermos um País produtor por excelência de madeira.

Na interacção directa com os Professores do ensino primário e secundário desenvolvemos o debate sobre a qualidade do nosso ensino, condições e ambiente de trabalho dos nossos professores, progressão na carreira, salários e a carga horária, número de alunos por turma, orçamentos das escolas e a sua aplicação, critérios usados para a nomeação a cargos da direcção das escolas, o papel dos encarregados de educação, os constrangimentos e análise dos factores ideais, conducentes para o estabelecimento das bases para uma melhor educação de qualidade com o Professor devidamente motivado. Hoje, vive-se com excesso de alunos por turma, o que não permite a circulação do professor, o que ajudaria ao professor conhecer melhor o aluno e acompanhar a evolução do mesmo. Isto, tem como consequências imediatas a existência de gerações mal formadas, e é o que se vive hoje, com alunos que não sabem ler, escrever e com uma caligrafia vergonhosa.

O não pagamento de horas extras desmotiva todo esforço colectivos do docente e pessoal de apoio. Nós, deputados, sabemos bem o que nos acontece quando os salários não são pagos. O não

pagamento a tempo dos honorários dos professores sobretudo os do curso nocturno promove a desordem e desgraça nas famílias, proporcionando espaços para fragilidade e vulnerabilidade do professor.

A ausência de carteiras nas escolas num país rico em madeira, promove a desordem nos alunos que se batem por um assento chegando a arrastar as carteiras e danificando-as. Imagina-se o trauma que isto traz as crianças.

O facto de se promover instituições partidárias até ao ponto de se paralisar aulas para atender caprichos e chantagens dum dirigente partidário, do partido no poder, promove a discriminação e quebra o discurso da unidade nacional, diminui a qualidade de profissionais de educação pois estes respondem ao partido ignorando a carteira profissional que devem honrar pois juraram servir a nação e não a algum partido político.

Os governantes de hoje tem a obrigação de promover o desenvolvimento da capacidade humana para fazer face as conjunturas e os desafios. Isso só é possível com a educação. Deste modo, queremos, a partir deste pódio, solicitar o governo de Moçambique para valorizar os nossos professores. É necessário valorizar os nossos educadores e dar lhes as condições de trabalho e motivação. O MDM está convicto da necessidade do empenho educativo a todos os níveis, pois o professor é chamado a exercer a sua missão, cujo desafio é o de formar pessoas completas, desenvolvidas e de maneira harmónica em todas as faculdades e dimensões. Eis a razão de termos que preparar no presente, para assegurarmos amanhã recursos humanos competitivos e competentes).

Ao nível da Saúde visitamos Hospitais, Centros e Postos de Saúde pertencentes ao Estado. Também tivemos o privilégio de dialogar com os doentes. Com o crescimento da população urge capacitar

os laboratórios com os equipamentos necessários para um diagnóstico primário, encontrar uma resposta para sanear a problemática de gestão das ambulâncias, reduzindo drasticamente o tempo de espera, revisitar o quadro pessoal (médicos, enfermeiros e serventes), instalar equipamento de raio-x em Centro de Saúde Principal de cada distrito, desenvolver acções permanentes de higiene e segurança.

Continuamos a manifestar a nossa preocupação quanto à qualidade de gestão dos stocks dos medicamentos nos hospitais públicos, assim como no tocante ao crescimento da taxa de prevalência do HIV/SIDA.

A gestão e a conservação dos medicamentos nos Hospitais públicos deve ser uma prioridade, e ser encarada com muita seriedade e profissionalismo. A conservação dos medicamentos nos hospitais deve ser feita em condições adequadas, quer de espaço quer de ambiente climatizados.

As informações sobre os ensaios de testes de Vacina anti-HIV/SIDA que ocorrem no mundo anima-nos e cria a esperança na erradicação desta epidemia que, sem piedade, tem contribuído para a redução da capacidade humana e para o crescimento do número de órfãos no nosso País, onde crianças chegam a criar outras crianças mais novas.

Temos que nós lembrar das responsabilidades que o pessoal de saúde tem nas nossas vidas. A semelhança dos professores, os profissionais de saúde vivem também abaixo do nível de vida e cada vez mais abandonados a sua sorte; sem equipamento de trabalho e sem medicamentos e condições que os motivem. O MDM tem a consciência de que estes profissionais ligados ao sofrimento humano têm de gerir os seus próprios sofrimentos. Pelos relatos e histórias que ouvimos todos os dias, pode-se verificar o quão difícil é o exercício desta profissão. Sabemos o

quanto estes profissionais fazem para que aos doentes e suas famílias nada lhes falte que possa pôr em risco o tratamento das doenças. Eles lutam por manter a nossa esperança de vida. Gostaríamos de lembrar aos governantes deste país um facto: na agonia; na doença e no sofrimento, chamamos sempre pela mãe. Mas de seguida, não tardamos a pelo apoio do médico; do enfermeiro e do pessoal de apoio a nossa saúde. O MDM solicita que as autoridades governamentais prestem uma atenção especial a esta classe de profissionais, defensores da saúde de todos nós, melhorando as suas condições de trabalho.

Excelências,

Na interacção com a população registamos três assuntos que julgamos serem de interesse nacional e, portanto, merecem a consideração desta Magna Casa: o Fundo do Investimento Local, a Produção e Escoamento de Produtos Agrícolas, a Água e o Subsídio para a Terceira Idade.

O formato da gestão do Fundo do Investimento Local e dos critérios de distribuição para os interessados não permitem que haja confiança nem credibilidade nos chamados Conselho Consultivos que têm a responsabilidade de influenciar na decisão da distribuição destes valores.

- Há ausência de um guião público e regulamento de funcionamento dos Conselhos Consultivos, de modo a harmonizar metodologias e nível de exigência para assegurar a devolução, bem como incompatibilidades.
-
- Há falta de publicação dos nomes de beneficiários e o regime de amortização da dívida, dificultando qualquer tipo de transparência;

- Há discriminação visível de mulheres e jovens no acesso ao fundo e é gritante o envolvimento dos Secretários do Partido no Poder para a confirmação das intenções do requerente.

Tudo isto, senhoras e senhores Deputados, são elementos que caracterizam o regime do funcionamento deste Fundo, além da forma politizada da constituição dos Conselhos Consultivos.

Reiteramos que a melhor maneira de se dar credibilidade e confiança à gestão destes fundos é a de que, essa gestão seja feita por uma instituição financeira, vocacionada e credenciada para esta actividade. O Estado deve assegurar o princípio da universalidade e igualdade de acesso a estes fundos.

Excelências,

Neste período também interagimos com algumas Empresas Públicas, Agentes Económicos, Comunidades Religiosas e visitamos algumas infra-estruturas. Tivemos, obviamente, encontros com proprietários de pequenas e médias empresas, comerciantes e cidadãos nossos no mercado informal.

Nesta interacção, confirmámos que existe um denominador comum: os factores de preços de energia e combustíveis, água e o estado das estradas são determinantes na elevação de custos de produção, o que reduz a capacidade de concorrência dos produtos nacionais, afectando assim negativamente no custo da vida das nossas populações. Nota se ausência do punho do Governo na regulamentação dos preços dos diversos produtos consumíveis no mercado, promovendo desta forma a especulações e concorrência desleal.

As zonas consideradas como pólos de desenvolvimento não possuem infra-estruturas adequadas para impulsionar o desenvolvimento desejado, o estado das estradas não permite o

escoamento dos produtos em tempo útil sem criar prejuízo no equipamento transportador.

A rede de comercialização de produtos agrícolas não pode ser desenvolvida sem estradas adequadas.

Ausência de estradas e infra estruturas adequadas nas verdadeiras zonas produtivas torna difícil a promoção de uma política agrária conducente ao consumo nacional, geração de riqueza e emprego, aumento de produtividade, redução de preços de alimentos no mercado e exportação de produtos agrícolas.

Gostaríamos de lembrar o governo do dia de que, os incentivos fiscais devem ser garantidos aos lavradores da terra, acompanhados de juros baixos pelas instituições financeiras, equipamentos para mecanizar a produtividade; temos que assegurar a segurança alimentar o que não pode ser feitos por imprevistos. O MDM está consciente de que podemos gerar riqueza com procedimentos agrícolas mais mecanizada, e para tal temos fazer o maior aproveitamento dos recursos naturais existentes.

Entre outros problemas deparamos com a situação dos nossos concidadãos da terceira idade relacionada com os subsídios mensais. Em relação a esta questão a Bancada Parlamentar do MDM solicitou ao Governo para explicar os mecanismos e procedimentos da distribuição deste subsídio resultante dos contribuintes. Caso nada exista nesse sentido exigimos ao governo que regulamente já, pois, no terreno, vive-se um clima de partidarização na atribuição desses subsídios. Chamamos a atenção para o mal que esta forma de agir provoca nas pessoas. Esta forma de procedimento separa os moçambicanos e acentua mais a diferença entre os ricos e pobres; fragiliza a paz e a vida.

Senhoras e Senhores, os da terceira idade têm direito a vida.

Excelências,

A presente Sessão vai debruçar-se sobre a Proposta de Lei de Alteração ao Código Penal. A expectativa de muitos é que o Código Penal deve ser um verdadeiro instrumento de combate a Corrupção, e uma ferramenta para penalizar os infractores.

Será nesta esteira que a Bancada Parlamentar do MDM vai contribuir para que o Código Penal revisto não só permita julgar e condenar o executor, mas também o mandante por forma a que o cérebro da corrupção seja também severamente condenado.

A corrupção não só se resume nos desvios de fundos do Estado, ela também repousa no tráfico de influências entre os agentes do Estado e os agentes económicos. Existe alguma promiscuidade entre os interesses económicos de alguns agentes do Estado com os interesses empresariais.

Excelências,

Na agenda proposta para esta sessão está inclusa a possibilidade de eleição do Provedor de Justiça, que de acordo com o dispositivo constitucional tem a responsabilidade de garantir os direitos dos cidadãos, a defesa da legalidade e da justiça na actuação da administração pública.

Conforme o artigo 257 da Constituição da República, o Provedor da Justiça é eleito pela Assembleia da República por maioria de dois terços dos deputados.

A Bancada Parlamentar do MDM, consciente da composição parlamentar vigente, defende que a Independência e Competências do futuro Provedor da Justiça definidas na Constituição da República só são possíveis com uma personalidade que não tenha vínculos com Partido no Poder. É preciso dar a credibilidade da

justiça ao Povo. A diversificação de personalidades provenientes de escolas diferentes na gestão da Justiça será um passo gigantesco na edificação da Justiça no nosso país.

Esperamos que na interacção das Bancadas sobre esta matéria haja de facto um consenso real. Obviamente, como Bancada Parlamentar, nós avançaremos com uma proposta de candidato ao cargo de Provedor da Justiça da República de Moçambique.

Excelências,

A Assembleia da Republica terá, nesta Sessão, que aprovar o Orçamento do Estado para ano 2012 para operacionalizar o programa do Governo do dia. O debate deste Orçamento realiza-se depois das incertezas da implementação da famosa e muito falada Cesta Básica.

Recordamos que numa sessão especial da Plenária que debateu e aprovou a Proposta de Revisão para Orçamento do Estado deste ano para acomodar e legalizar a verba da implementação de um conjunto de subsídios incluindo a Cesta Básica, a Bancada Parlamentar votou contra. A fundamentação deste posicionamento esteve assente na não criação de espaço para desvios da aplicação do Orçamento do Estado.

Continuamos a defender que os desvios da execução financeira criam espaços para a corrupção. É correcto e justo que seja questionado o destino dado aos valores para implementação da falida Cesta Básica, depois do debate infernal em que o Governo, apoiado pela sua Bancada Parlamentar, ia avançar com a ideia de Cesta Básica, com todos riscos apontados, de discriminação, que resultariam da operacionalização política de Cesta Básica.

Esperamos que a maioria parlamentar, depois desta triste experiência, de votar por imposição, saiba ouvir e julgar as

propostas de outras bancadas, não pelas suas cores partidárias, mas sim pelo seu conteúdo. Somos pela reconciliação nacional efectiva e por um Moçambique para Todos.

A Assembleia da República de Moçambique, pela natureza do quadro político actual do país, é a única instituição mais democrática e representativa de Moçambique. Deve ser o centro de debate político para promover políticas nacionais para o desenvolvimento e concórdia. Deve ser o centro de fiscalização do executivo, com competência e rigor.

Senhora Presidente da Assembleia da Republica,
Senhor Primeiro Ministro,
Caros Convidadis,
Excelências,

No passado dia 12 de Outubro foi solenemente lançado o Processo da Revisão da Constituição da República.

Na qualidade de proponente da proposta da revisão da Constituição, a Bancada Parlamentar responsável pela ideia já apresentou a motivação e as linhas de força para revisão da Constituição.

Ficamos a saber que o proponente:

- Não está pela alteração do sistema de governação;
- Não está pela alteração do sistema económico nem fiscal;
- Não está pela alteração do número de mandatos presidenciais;
- Aceita a transformação do Conselho Constitucional para Tribunal Constitucional;

Consideramos que a Proposta depositada corresponde, de facto, a motivação e intenção real da Bancada Maioritária. Que não sirva de isca para manobrar e manipular, recorrendo-se a terceiros para assegurar as intenções ora abortadas. Estaremos atentos.

Esperamos que ao longo deste processo não haja mudanças radicais em relação à proposta ora depositada, pois o que se depositou é um sinal de que a bancada da maioria não tem noção de austeridade, nem se importa pela carência que o povo passa, pois a génese desta maioria parlamentar é de um partido económico, como testemunham os seus actos no dia-a-dia.

Consciente da sua composição parlamentar nesta casa, a Bancada Parlamentar do MDM participará neste processo com consciência de defender os interesses, direitos cívicos, políticos, económicos e sociais dos Moçambicanos.

Nesta casa estamos a cumprir um mandato confiado pelos moçambicanos e moçambicanas, pelo que estaremos presentes para sermos os verdadeiros olhos, boca e ouvidos dos nossos eleitores.

Ninguém receberá da Bancada Parlamentar do MDM um cheque em branco.

Caros Convidados,
Excelências,

Com a renúncia dos Presidentes dos Conselhos Municipais de Cuamba, Pemba e Quelimane foram criadas condições legais para a realização de eleições intercalares em cada um destes municípios. Para materializar a vontade dos membros, militantes e simpatizantes do MDM, os órgãos decisórios deste Partido, quer ao nível central, quer nas três cidades, reuniram-se para dar a resposta aos apelos das populações e ao povo no geral para participar e concorrer nestas eleições.

Os Partidos políticos no quadro legal moçambicano são criados para conquistar o poder democraticamente e participar na vida política do país. É neste quadro, com todos problemas possíveis e imaginários, que o Partido do MDM está a participar nas eleições intercalares seguindo o calendário eleitoral. Apresentará em cada Município manifestos de governações municipais virados para a satisfação das necessidades básicas dos residentes destes municípios, com uma forma de governação assente no dinamismo, no realismo e numa visão para melhor servir, devolvendo a dignidade e honra aos munícipes.

A partir deste pódio apelamos aos órgãos eleitorais, de gestão e administração, que dirijam o processo com transparência, honestidade, imparcialidade e verticalidade.

Aos nossos candidatos, Maria Moreno de Cuamba; Assamo Tique de Pemba; e Manuel Araújo de Quelimane, muita força. Pesem as irregularidades, intimidações e detenções arbitrárias que o braço direito do STAE do partido no poder promove, aliada a instrumentalização da polícia que cumpre ordens fora do quadro estabelecido, apelamos que não vacilem, porque este povo sabe de que a vitória é certa!

Senhora Presidente da Assembleia da República,
Senhor Primeiro Ministro,
Excelências,

No mês de Setembro o país foi capital desportiva de África, a Sede dos X Jogos Africanos. Há lições por tirar deste evento, com maior destaque na preparação, organização e participação de atletas moçambicanos.

Devemos repensar e traçar uma estratégia nacional de médio e longo prazo, assente no investimento e formação desportiva de atletas de certas e determinadas modalidades.

Este desafio deve ser acompanhado de uma vontade política de querer fazer, com actos e não propagação de discursos.

Apraz-nos felicitar a Equipa Nacional de Hóquei em Patins pelo êxito, entrega e determinação em conquistar um lugar merecedor nas nações praticantes desta modalidade.

Bem-haja a selecção de Hóquei Patins!

Bem-haja a Federação de Hóquei Patins!

Por outro lado, manifestamos as nossas reservas quanto à fórmula encontrada e aos critérios propostos para dar destino aos apartamentos do património imobiliário da Vila Olimpica.

Na verdade o público-alvo não é o Moçambicano com o salário médio. Quem, de facto, poderá mensalmente descontar do seu salário 7.875,00 Mt mensalmente, durante 25 anos para ser proprietário do apartamento? E são quantos? Os nossos jovens continuarão sem usufruir duma política de habitação virada para os jovens. O conselho que damos a estes jovens é que não percam esperança. Temos é que nós unir, e lutarmos por um Moçambique para Todos.

O Governo deve encontrar um mecanismo que lhe permita que a Vila Olimpica sirva de garantia bancária para promover a construção de habitação para jovens, e não vender por vender!

Continuamos a defender a necessidade de uma verdadeira política que promova habitação condigna para nossos concidadãos. Mas entendemos que medidas cosméticas geram conflito, e aumentam o fosso entre os que têm e não têm.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nesta IV Sessão Ordinária da Assembleia da República que inicia hoje, a Bancada Parlamentar do MDM continuará com o seu compromisso de trabalhar em prol do desenvolvimento democrático da nossa instituição, e estará sempre em defesa dos interesses da Nação para que os recursos minerais e outros recursos naturais sirvam de alavanca para a nossa economia, gerando riqueza, emprego aos nossos concidadãos, e oportunidades de criação de unidades de produção e o bem-estar dos Moçambicanos.

Não gostaríamos de terminar a nossa intervenção sem reiterar a nossa solidariedade com todos moçambicanos que neste momento em que lhes dirigimos uma palavra passam por várias situações. A estes desejamos melhorias e coragem pois só juntos poderemos fazer a diferença e promovermos o bem-estar de todos. Trabalhem todos nessa direcção.

Gostaríamos de reiterar os nossos sentimentos aos familiares dos colegas que padecerem neste intervalo, e a toda família moçambicana que perdeu os seus entre queridos, e que Deus os dê o eterno descanso.

A todos desejamos bom trabalho.

Obrigado pela atenção prestada.

Lutero Chimbirombiro Simango

Chefe da Bancada do MDM

Maputo, 24 de Outubro de 2011.